

Um marxismo interseccional é possível? Pontapé inicial para um debate.

Por Bárbara Araújo Machado

Creio que não há nenhuma novidade em afirmar que, nas últimas décadas, as questões ditas “específicas”, de “minorias” ou “identitárias” têm ocupado um lugar cada vez mais importante nos debates da esquerda. Não foi à toa que o primeiro dossiê elaborado por nós aqui no blog teve “identidade” como tema. De modo geral, os textos do dossiê procuraram situar essas questões dentro do pensamento e da práxis marxista, relacionando-as com a questão de classe, central para aqueles que se vinculam ao marxismo. Pois bem, peço a benção de Tim Marx (e, por que não, do próprio Karl) para convidar os leitores a uma reflexão um tanto espinhosa: será que tudo, no fim das contas, é mesmo fundamentalmente uma questão de classe?

Mas vamos com calma. Antes de tentar responder essa questão, cabe nos perguntarmos sobre de onde ela vem. Muitos dos movimentos ditos “específicos” ganharam força a partir da década de 1960 (vista com frequência como um momento de “explosão” dos pós-modernismos). É bastante comum ouvir narrativas de militantes negros, feministas, homossexuais etc. que participavam de movimentos orientados pela questão de classe e que, em dado momento, perceberam que suas questões “específicas” encontravam-se invisibilizadas naqueles espaços. Assim, a partir da experiência da militância na esquerda marxista, essas pessoas passaram a se organizar em espaços específicos e frequentemente tornaram-se críticos dos espaços anteriores. É claro que essa narrativa “clássica” não dá conta do processo histórico como um todo; a formação de movimentos sociais não centrados na questão de classe se deu de maneiras muito diversas e sua relação com os movimentos classistas foi complexa e contraditória — o que possibilitou a existência de organizações antirracistas e feministas alinhadas à direita, por exemplo.

O desenrolar histórico desse processo observou muitas coisas, das quais vale ressaltar um certo essencialismo (de que fala Stuart Hall [1]) em torno do qual essas pessoas puderam se identificar enquanto grupo oprimido. Esse essencialismo talvez seja o grande responsável pelo que se configura hoje como “identidade”, já que o processo de positivar o que a sociedade historicamente estigmatizou como ruim (ser negro, ser mulher, etc.) passou pela afirmação de características sociais como sendo essenciais de determinado grupo. Por exemplo: embora a raça exista apenas como uma relação historicamente determinada, já que a sociedade “racializou” certos grupos humanos, a estratégia política antirracista adotada pelos movimentos negros se deu no sentido de afirmar sua existência, exaltando características fenotípicas e culturais da população considerada como negra.

Podemos pensar nos movimentos de mulheres negras para materializar tudo isso de que estou falando. Enquanto diversas organizações do movimento negro no Brasil e em outros países teriam surgido a partir de um diagnóstico de que organizações mais amplas de esquerda não contemplavam demandas de combate ao racismo, no interior das organizações antirracistas a desigualdade entre homens e mulheres negras evidenciou-se. Mas a diferenciação interna em um movimento já “específico” foi mais flagrante, nesse caso, dentro do movimento feminista. Enquanto um grupo de mulheres falava em sair do espaço doméstico para ocupar o mundo do trabalho, desconsiderava-se um enorme contingente de mulheres

trabalhadoras já exploradas há séculos. Encontramos um exemplo dessa diferença na trajetória da escritora e militante do movimento negro Conceição Evaristo, cuja primeira experiência nos movimentos sociais, antes de qualquer contato com o feminismo ou com o antirracismo, foi em uma organização de empregadas domésticas — função ocupada majoritariamente por mulheres negras.

O ponto onde quero chegar com tudo isso é o seguinte: as relações sociais que produzem hierarquias são muito complexas. Se nosso objetivo enquanto militantes de esquerda é destruir as hierarquias sociais, acho que não podemos nos dar ao luxo de perder tempo (des)qualificando as lutas ditas “específicas” como, bem... lutas específicas. É por isso, aliás, que tenho grandes reservas com o termo generalizante “opressões”, no uso que faz dele com frequência em organizações de esquerda marxistas, para ensacar todas as outras coisas que não são “puramente” questão de classe. Outro problema grave, a meu ver, é uma espécie de obsessão em provar que essas desigualdades na verdade são dadas por questões relacionadas à dinâmica estrutural econômica — ou seja, na verdade é tudo questão de classe. A crítica de Raymond Williams e de E. P. Thompson à metáfora marxiana da estrutura/superestrutura, que sugere que política e cultura são fatores igualmente determinantes na realidade, pode ser bastante útil nesse ponto.

Volto agora à experiência dos movimentos de mulheres negras, no qual a interação entre as questões de raça, de gênero e de classe interagem de modo a produzir uma posição de subalternidade muito característica. Intelectuais feministas negras se depararam com essa realidade complexa e com a consequente necessidade de criar mecanismos de análise para melhor compreendê-la. Assim, do seio do feminismo negro surgiu a interseccionalidade. O termo foi proposto pela norte-americana Kimberlé Crenshaw num documento voltado para a construção de políticas de direitos humanos voltadas para mulheres, considerando sua multiplicidade de experiências e a complexidade estrutural da desigualdade. Embora Crenshaw tenha formalizado a proposta, a necessidade de pensar a complexa relação entre raça, gênero e classe na experiência das mulheres negras foi abordada por diversas intelectuais, como Angela Davis, Patricia Hills Collins e a brasileira Lélia González. O fato dessas discussões serem ainda desconhecidas por grande parte da academia e da militância guarda íntima relação com o lugar que a sociedade reserva às mulheres negras.

Embora o conceito seja aberto a diferentes interpretações e a aprofundamento teórico novos, ele propõe, no seu cerne, que:

1) classe, raça, gênero, orientação sexual, pertencimento religioso etc. são eixos de opressão ou eixos de subordinação. Logo, eles não são meros construtores de “identidade”. A preocupação da perspectiva interseccional não é simplesmente a diferença entre pessoas, mas a desigualdade entre elas.

2) Esses eixos de subordinação apresentam-se na realidade material de forma transversal ou interseccional. Isso significa dizer que eles se cruzam e se perpassam criando situações de subalternidade e exploração particulares. Considerando isso, é possível por exemplo que uma pessoa seja simultaneamente privilegiada em alguns aspectos e subalternizada em outros (por exemplo, um homem negro da burguesia ou uma mulher branca da classe trabalhadora).

3) Não há uma hierarquia pré-definida entre os diferentes eixos de opressão. Esse deve ser o ponto mais problemático para os marxistas apegados à classe como o centro fulcral da desigualdade social. Mas em termos das lutas “específicas”, essa colocação é importantíssima ao eliminar a chamada “olimpíada das opressões”,

tentativa de medir quem é mais ou menos oprimido dependendo da “soma” de opressões ou de qual tipo de opressão é mais grave.

Por fim, volto à pergunta com a qual iniciei esse texto: será que tudo é mesmo fundamentalmente uma questão de classe? Não. Mas antes de me atirarem tomates, o que quero dizer é: não é possível compreender e combater a desigualdade olhando só para a questão de classe. Porque tudo é questão de classe e tudo também é questão de gênero e tudo também é questão de raça. Não é estranho ao marxismo reconhecer que a realidade material é complexa e determinada por múltiplos fatores, pelo contrário. A esquerda, portanto, precisa parar de cortar a realidade em fatias — até porque, em geral, nesse processo o gênero e a raça são as gorduras que se joga fora.

Assim, a interseccionalidade, apesar de ser uma palavra difícil, pode ser útil para esquerda de uma forma muito simples e prática. Como sugeriu Kimberlé Crenshaw, basta que a cada situação que analisemos, façamos perguntas como: Onde está o gênero nisso? Onde está a raça nisso? E podemos adicionar ainda: De que maneira eles se relacionam com a exploração de classe?

Essa não é uma proposta conciliadora na briga entre os marxistas e os pós-modernos~, mas uma tentativa genuína de pensar como analisar de modo mais completo possível a desigualdade social que experimentamos e pensar na maneira mais radical e profunda de erradicá-la da sociedade. É claro que existem muitas questões a serem problematizadas e discutidas a partir dessa proposta, e eu não poderia abordá-las todas em um só texto. Fica o convite ao debate!

[1] HALL, Stuart. “Que ‘negro’ é esse na cultura negra?”. In: SOVIK, Liv. (org.) Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

Fonte: Capitalismo em Desencanto, 28 de outubro de 2013.

<http://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2013/10/28/um-marxismo-interseccional-e-possivel-pontape-inicial-para-um-debate/>